

POLÍTICAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA PROPOSTA PARA O MUNICÍPIO DE MATA-RS

Flaviano Moura Fragoso
Cristiano Martins Vieira
Rodrigo Belmonte
Antônio Carlos Righes

RESUMO

O Desenvolvimento Rural começa a ser um ponto bastante discutido na sociedade contemporânea, como elemento propulsor do desenvolvimento econômico dos municípios do interior. Questiona-se então como promover essa forma de desenvolvimento no município de Mata – RS, município este que desde sua formação está ligado às atividades rurais. Objetiva-se então, analisar as Políticas de Desenvolvimento Rural do município de Mata, propondo um plano de desenvolvimento local, mediante descrição das ações do município, descrição das políticas públicas rurais de alguns municípios vizinhos, realização da análise de SWOT da secretaria de agricultura do município e a sugestão de um plano de trabalho para o desenvolvimento rural. Buscou-se analisar conceitualmente Políticas Públicas, o Desenvolvimento Rural e também a descrição do referido ente municipal. Metodologicamente utilizou-se estudo de natureza qualitativa, um estudo multicase, além de estudo bibliográfico. Constatou-se que Mata deve realizar mudanças que envolvem mobilização do Capital Social, melhorias nas legislações, capacitação de servidores, dentre outras. O município possui plenas condições de promover políticas públicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento rural, mediante a implementação de mudanças que tenham afinidade com esses objetivos.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; políticas públicas; Mata-RS.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil após a redemocratização segue na busca de atendimento das necessidades dos cidadãos, algo previsto pela constituição de 1988 e pela Reforma do Aparelho do Estado de 1995 (LIMA, 2007), que demandaram um conjunto de melhorias que significaram uma maior autonomia para os municípios que muitas vezes têm sua base econômica ligada diretamente às atividades rurais.

Assim, a necessidade de estudo dessas atividades, aparece cada vez mais viva na sociedade contemporânea, uma vez que o desenvolvimento rural deve, por esta importância econômica, ser objeto de estudo, porém em municípios do interior do Rio Grande do Sul, há a carência de apoio científico nesse aspecto.

Exemplo disso está no município de Mata – RS, que também traz em sua história as atividades agrícolas como forma de sustento da economia local (MORAES, 2009), onde

cabe questionar: De que modo promover o desenvolvimento rural no município de Mata?

Para que respondamos este questionamento há a necessidade de caracterizar quais atividades que o município está realizando neste segmento. Com esse estudo poderá ser conhecido o histórico do município nas ações inerentes ao desenvolvimento rural. Este autoconhecimento também contribuirá para minimização de erros e potencialização de acertos, na construção de um futuro com maior desenvolvimento nesta área.

Portanto o objetivo do presente artigo é analisar as políticas de desenvolvimento rural do município de Mata, propondo um plano de desenvolvimento local, mediante descrição das ações do município de Mata, descrição das políticas públicas rurais dos municípios de Santiago, São Francisco de Assis e São Pedro do Sul, identificando os fatores-chaves de desenvolvimento, realização da análise de SWOT da secretaria de agricultura do município de Mata e sugestão de plano de trabalho para o desenvolvimento rural neste município.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Fica claro que, de acordo com MELO (2007, p.12) as políticas públicas de um modo genérico, auxiliadas por esse autor, sofrem um conjunto de modificações de acordo com a realidade histórica em que a política pública se encontra. Assim observa-se que com a redemocratização nacional a política pública também teve que se modificar, antes (no período militar) com a “lógica da acumulação”, posteriormente em um contexto de redemocratização, até os dias atuais.

Segundo Boneti (2007, p. 74) apud Carvalho, Barbosa e Soares (2010, p.3), políticas públicas além de estarem passivas de transformação pelo período histórico que se encontram, também estão diretamente relacionadas às relações de poder, conforme os autores transcrevem o que foi produzido por Boneti (2007, p. 74), nesse sentido:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos

rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. BONETI (2007, p. 74) apud CARVALHO, BARBOSA e SOARES (2010, p.3).

Deste modo percebe-se que a política pública não é um fenômeno que ocorre de modo isolado visto à existência de vários fatores que determinam as formas de atuação, os tipos de públicos beneficiários e diretrizes a serem adotadas por aqueles que “assinam” a política pública, estes com influência dessas forças de interesse.

O SEBRAE (2008) também faz menções a respeito de tipos de organizações que podem influenciar as decisões daqueles que são possuidores do poder:

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui, conforme apontado acima, sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral. (SEBRAE, 2008, p. 6)

Esses grupos então pressionam o estado para a obtenção de políticas que atendam a seus interesses, muito embora, como visto acima, as políticas públicas tenham também um viés de tomada de decisão que parte dos próprios líderes. Nesse sentido podem-se distinguir alguns tipos de políticas públicas, umas de cunho social, que podem ser demandados pela sociedade civil organizada (de baixo para cima) e outras que vêm diretamente dos líderes em um efeito de cima para baixo.

Segundo Rua (2009, p. 19) “política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Nesse sentido, observa-se que deve haver uma convergência de diferentes ações para que a política pública atenda os seus objetivos, estes por sua vez embora possam atender a demandas privadas, de associações e da sociedade em geral “Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são “públicas”.” Rua (2009, p. 20) também explica:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em

decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado. (RUA, 2009, p. 20)

Para a existência de políticas públicas, que como visto anteriormente, atenda as demandas que podem vir dos mais diferentes segmentos, há a necessidade de mapeamento de algumas ações que precisam ser realizadas conforme descrito pelo SEBRAE (2008). Esse mapeamento pode ocorrer pelo que se extrai do trabalho desses autores, tanto pelo estado que estuda a realidade e ser atendida ou pela sociedade organizada que pressiona o estado na busca da resolução de algum problema que objetive a melhoria de determinado segmento.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL

No contexto da administração pública, percebe-se que os debates mais representativos do desenvolvimento rural no cenário brasileiro de acordo com Schneider (2006, p.1) ocorreram de forma mais contemporânea.

Este autor também destaca que “no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo”, muito disto causado pelas lideranças que participavam do sindicalismo rural ligados à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Schneider (2006) também dispõe que “em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política [...] como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra””.

Aqui nota-se a influência e a importância que os movimentos sociais trazem no âmbito político e de mobilização da atuação da administração pública. Nesse sentido Schneider (2006, p.1) também demonstra que o Estado sentindo este conjunto de pressões populares, respondeu positivamente na forma de criação de um Programa em âmbito nacional como, por exemplo, o Pronaf (Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar).

Outra ação importante do Estado em benefício do desenvolvimento rural é a criação Lei nº 11.947, que estabelece as diretrizes e o modo de implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de dispor sobre outros programas e ações

relacionadas com a atividade escolar no ensino público conforme destacou Maluf (2009, p.1).

Conforme Maluf (2009, p.2) “a oferta de alimentação nas escolas passou por várias etapas até atingir a condição de programa com recursos federais regulares, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)”, nesse sentido “houve também crescente participação dos estados e municípios com disponibilidade de recursos próprios, expressão de demanda social e decisão política já que o frágil ordenamento do programa não obrigava a essa participação”. Essa participação veio a colaborar com as finalidades do programa que tem em um de seus propósitos adquirir produtos da agricultura familiar. (MALUF, 2009)

Pode-se observar então a atuação do Estado no desenvolvimento rural uma vez que criou mecanismos que beneficiassem a agricultura familiar, por intermédio da aquisição de produtos da agricultura familiar para utilização na alimentação escolar. Cabe ressaltar o que Maluf (2009) destacou como mobilização de decisões políticas, para que em âmbito municipal os programas obtivessem resultado. Com relação a estas relações políticas Cazella (2008, p.16) destaca que:

Os políticos locais assumem a função de fazer a ligação e a mediação entre o local e as instâncias políticas mais amplas. A adoção das estruturas intermunicipais a fim de dinamizar suas ações é um recurso freqüente. Os parceiros econômicos se organizam no interior de associações profissionais segundo os três setores da economia (agricultura, indústria e comércio) Cazella (2008, p.16)

Então esta mobilização destacada por Maluf (2009) e Cazella (2008), colabora para que o desenvolvimento (neste caso o desenvolvimento rural) ocorra de modo a fazer com que a administração venha a atender de modo mais eficaz aos propósitos dos programas, que às vezes surgem como demandas sociais, como aquelas destacadas por Schneider (2006), que orientam a ação de Estado, este por sua vez encontra na articulação política, orçamentária e social os meios para a existência do desenvolvimento rural em âmbito local (MALUF, 2009).

Destacam-se também os conceitos e influências que o capital social desempenha neste segmento, onde primeiramente destacamos as colaborações de Coleman (1990) e Putnam (1996) apud Sachs e Lages (2001, p. 6), que “consideram ser capital social um conceito que abrange as características de organização social, como confiança, normas e

sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Para Passador et al (2005, p. 4) o “Capital social, portanto, não é simplesmente um atributo cultural, mas: ele pode ser criado, desde que hajam organizações suficientemente fortes para sinalizar aos indivíduos, alternativas aos comportamentos políticos convencionais”.

Exemplifica-se o que Schneider (2006) abordou, com relação às mobilizações sociais influenciando nas decisões das esferas competentes o que confirma a importância do capital social nas questões rurais. Além disso, também se pode destacar outra importante contribuição no aspecto legal e orçamentário que contribuem com o desenvolvimento rural e a agricultura familiar, colaboração esta apresentada na pesquisa de Maluf (2009) com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE- 2009):

Do total dos recursos financeiros repassados pelo PNAE, no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (art. 14º). (MALUF, 2009, p.1)

O Programa de Aquisição de Alimentos possui segundo informações do site do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2013) dois focos principais “promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar” algo que está diretamente ligado ao Desenvolvimento Rural e contribui com a geração de renda por parte dos produtores.

Constata-se então que o tema Desenvolvimento Rural possui vários fatores que influenciam em seu resultado, como por exemplo, os movimentos sociais que mobilizam o interesse da administração (SCHNEIDER, 2006), o próprio interesse da administração em criar programas de fomento a agricultura Maluf (2009), o Capital Social destacado por Passador et al (2005) relendo as contribuições de Putnam (2000), Fialho e Waquil (2008), as novas legislações que geraram disponibilização de orçamento para programas destacadas por Schneider (2006) e Maluf (2009).

Para que ocorra o Desenvolvimento Rural que apresente resultados positivos no desenvolvimento da sociedade, cabe à administração pública estudar os temas apresentados pelos autores que estão diretamente relacionados a esse desenvolvimento.

4. O MUNICÍPIO DE MATA

O início da ocupação de terras que hoje formam o município de Mata e da região deu-se após a “invasão e conquista da província das Missões, realizada por José Borges do Canto e Manoel dos Santos Pedroso, que culminou com a assinatura do tratado de Badajóz em 1801”. (UBERTI, 2012, p.6)

Segundo Uberti (2012) naquele período histórico “se acentuou a prática de concessão de sesmarias que atendia tanto a interesses privados quanto públicos” (MOTTA, 2005 apud UBERTI, 2012, p.7), pois, a existência de ocupação por parte de portugueses representava o domínio dessas terras e a garantia de segurança naquele local.

Nesse contexto é que José da Silva Pereira recebeu sesmarias de terras situadas onde hoje se encontra o município de Mata, no entanto este e seus descendentes ocuparam mais a parte sul onde se encontram campos e coxilhas, onde hoje denominado distrito de São Rafael. O norte porém foi ocupado posteriormente com a chegada dos imigrantes europeus. “Essa colonização foi iniciada por João Hopf em 1885, o qual imigrou da Alemanha e iniciou o povoado que mais tarde denominaram de Sertão”. (MALGARIN, 1984) apud (MORAES, 2009, p.68).

A maior parte dos imigrantes vinha com a finalidade de servir de mão-de-obra. Foram encaminhadas as famílias Vogelei, Stüker, Bruning e Hartmann, que vieram no navio Bismark e desembarcaram na Ilha das Flores, hoje Porto Alegre, os quais se dirigiram para Santa Maria da Boca do Monte e esperaram a orientação do Governo para seguir até o Sertão (MORAES, 2009 apud MALGARIN, 1984, p. 68).

Nesse sentido é que se desenvolveu a agricultura no município de Mata que tem como base o trabalho dos imigrantes europeus que muito contribuíram para esse processo de desenvolvimento das formas de produção deste município, muito embora a economia deste local já possuísse atividades que eram anteriores aos imigrantes, desenvolvidas através de produção de gêneros que eram escoados por terra e pelo transporte fluvial, além de criação de gado e uma série de outras atividades conforme lembra Uberti (2012, p. 152) onde demonstra algumas profissões daquela época neste local. Posteriormente com a construção da linha férrea o desenvolvimento se acentua, conforme destaca MALGARIN (1984) apud MORAES (2009).

Esta vila teve então grande processo de desenvolvimento, pois já possuía atividades, e posteriormente evoluiu com a chegada destes imigrantes que aqueceram a economia local com produção agrícola e comércio, fortalecendo as atividades já existentes. Mata foi emancipada político-administrativamente em 13 de junho de 1965, baseados na lei estadual 4.836 de 4 de dezembro de 1964, que criou legalmente o município.

Atualmente o município possui uma população de 5092 habitantes segundo a Fundação de Economia e Estatística (2011), com uma densidade demográfica de 16,3 hab/km² e expectativa de Vida ao Nascer de 71,20 anos. Quanto à economia MORAES (2009) descreve que:

Mata, assim como o Estado gaúcho, apresenta sua matriz econômica alicerçada e dependente das atividades agrícolas. O Município tem, na agricultura e na pecuária, os condicionantes para o desenvolvimento do espaço rural e, através dessas atividades, a sua inserção no mercado local/regional. (MORAES, 2009, p.65)

Assim fica claro perceber a vocação do município que desde sua ocupação territorial traz em sua história a ligação de seus habitantes com o trabalho na terra seja na agricultura ou pecuária, buscam da terra seu sustento e melhorias nas condições de vida das futuras gerações.

O município também possui atrativos turísticos que o tornam conhecido mundialmente conforme destaca (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA, 2009 apud MORAES, 2009):

É importante enfatizar que Mata possui o sítio paleontológico, o qual é favorecido pela presença de reservas de fósseis vegetais, ou seja, madeiras petrificadas, tornando-se uma de suas principais características. Essa riqueza fossilífera tem aproximadamente 200 milhões de anos. A descoberta desses fósseis deve-se ao pároco Daniel Cargnin, o qual era apreciador de estudos de Paleontologia. Em 1976, quando chegou em Mata, conscientizou a população e a administração municipal sobre a riqueza fossilífera existente nesse Município, até então desconhecida. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA, 2009 apud MORAES, 2009, p.72).

A descoberta deste patrimônio possibilitou que Mata fosse reconhecida em outros lugares como *Cidade da Pedra que foi Madeira*, também aumentou o número de visitantes

no município, muito embora ainda não exista um turismo forte que consiga deixar divisas significativas no município, embora tenham sido descobertas essas riquezas paleontológicas em 1976, a população então segue com foco no setor rural, base econômica deste lugar.

5. METODOLOGIA

Metodologicamente lançou-se mão de um estudo multicaso, onde foram estudadas as políticas públicas de três cidades da região: o Hortomercado de Santiago, o Projeto Jeito Caseiro de São Francisco de Assis e o Fundo Rotativo de São Pedro do Sul. Tal estudo deu-se pela análise das informações presentes e sistematizadas no livro “Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul”, organizados por Gustavo Pinto da Silva e Rafaela Vendruscolo, no ano de 2012, que tem em seu bojo caracterizações a respeito dessas políticas públicas.

Trata-se de uma análise de natureza qualitativa, onde foram descritas ações realizadas que levaram a construção dessas políticas públicas. Baseado nessa análise de fenômenos sistematizados pelo livro, posteriormente observou-se a atuação da secretaria de agricultura de Mata nos últimos anos. Também foi realizada Análise de SWOT da secretaria de agricultura, que delimitou o foco da necessidade de criação de políticas. Com essas informações buscou-se a criação de um plano de trabalho para o desenvolvimento rural em Mata.

Embora se trate de um estudo multicaso, também podemos dizer que em parte esta pesquisa também seja bibliográfica uma vez que houve a análise do referido livro, e segundo Gil (2008) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e de artigos científicos”, característica essa que também aparece nesse estudo.

6. RESULTADOS E ANÁLISES

6.1 HISTÓRICO DAS AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO RURAL EM MATA

Como histórico recente das ações de desenvolvimento rural, descreveremos o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS, de 1999 e 2000, projeto este que teve como principal orientador o Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda – PRORENDA, que no município de Mata foi utilizado com foco na agricultura familiar.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) em Mata foi criado com a utilização desta metodologia, que envolvia a participação dos atores e agentes locais. Foi promovido com o apoio da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) – FETAG/RS (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul) – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata, mas com a realização da Universidade Regional Integrada– Campus Santiago que dispunha de um professor Coordenador Regional do Prorenda (Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para Populações de Baixa Renda - Agricultura Familiar).

Sua metodologia envolve a participação conjunta, para a geração de conhecimento compartilhado conforme está disposto no PADRS (2000): “Não haverá uma palestra, mas construção compartilhada do conteúdo. O princípio é que cada um sabe um pouco e juntos sabemos muito”.

Atualmente a Secretaria de Agricultura age de acordo com as demandas operacionais, isto é, não existe um plano específico. Por exemplo, se há a necessidade de realizar algum tipo de atividade, como plantio, transporte ou algum serviço com as máquinas da secretaria, são realizados os trabalhos de acordo com uma fila de espera. Não existe nem um tipo de planejamento a longo prazo das atividades.

6.2 ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MUNICÍPIOS VIZINHOS: FATORES CHAVES

No quadro a seguir estarão dispostas as características históricas de três políticas públicas, o Hortomercado de Santiago, o Projeto Jeito Caseiro de São Francisco de Assis e o fundo rotativo de São Pedro do Sul. Esses municípios foram escolhidos para análise por possuírem vários fatores em comum com o município de Mata o que justifica o estudo dessas ações:

- Possuem características históricas quanto sua formação quase que similares;
- Desde sua formação ate a atualidade possuem grande vínculo econômico com as atividades rurais;
- Estão inseridos na região central do Rio Grande do Sul, em locais bastante próximos, utilizam de mesma BR para chegar aos grandes centros urbanos;
- Possuem políticas públicas de fomento a agricultura, essas características apresentam-se sistematizadas no livro “Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul”.

- Embora o município de Santiago não possa ser comparado ao município de Mata no que se refere a quantidades populacionais, a caracterização desta experiência justifica-se pelo grande número de relações do empreendimento com a administração pública, conforme seu histórico, tornando-a fonte de aprendizagem e referência no estudo do Desenvolvimento Rural.

Os dados referentes às Políticas Públicas de Santiago, São Francisco de Assis e São Pedro do Sul estão dispostos de forma independente, e na coluna posterior a essas caracterizações, serão descritas as características presentes nessas políticas de modo geral “unindo” as três políticas em cada linha para a busca de ações comuns que foram responsáveis pelo desenvolvimento rural nesses municípios e que poderiam ser utilizadas para promover o desenvolvimento rural no município de Mata.

Hortomercado de Santiago	Projeto jeito caseiro de São Francisco de Assis	Fundo rotativo de São Pedro do Sul	Ações de desenvolvimento
Histórico de ações independentes			União de características
Começou no ano de 1979, com um grupo de aproximadamente 20 agricultores, através de iniciativa e suporte da Prefeitura Municipal de Santiago.	Em 2005 começaram Excursão, Reuniões e Seminários, Alianças com agentes locais, construção da política pública e definição de um grupo Gestor.	A organização dos produtores rurais é resultado de um longo trabalho de sensibilização e mobilização desses sujeitos.	-Organização da Sociedade através da aliança entre diferentes atores e o poder público municipal na busca de melhorias no meio rural.
Prefeitura Municipal proporcionou, aos feirantes, armações de ferro, sobre as quais poderiam dispor as lonas de suas barracas, ou cobrir a carroceria de seus veículos.	Em 2006 Identificação dos agricultores, visita do Técnico, crédito p/ os agricultores e seus empreendimentos e qualificação;	Assim, ao longo dos últimos 30 anos, essa proposta mobilizou a formação de 35 associações nas comunidades rurais.	-Prefeitura colaborou com a infraestrutura. -Criação de associações rurais e participação nas decisões do poder público.
A partir de 1982, disponibilizou um servidor municipal que auxiliaria na organização e no funcionamento da Feira realizaria pesquisas de preços nos supermercados.	Em 2007 a Feira de Indústria, Comércio e Artesanato de São Francisco de Assis.	O Fundo Rotativo é mantido com dotação da Prefeitura Municipal, sendo gerenciado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de São Pedro do Sul.	-Disponibilização de servidor municipal para atuar junto ao empreendimento. - Feira municipal. -Conselhos de desenvolvimento.
Criação da Associação Santiaguense dos Feirantes, em 29 de abril de 1989, com o apoio de diversas instituições do	E 2008 iniciou-se a comercialização para Alimentação escolar.	O Fundo foi criado pela Lei Municipal 505-93/96, de 10 de março de 1993.	-Criação de associação. -Novidades nas legislações referentes à alimentação escolar. -Criação e melhorias da legislação municipal.



município			
Regulamento da Feira do Produtor de Santiago, o qual definia normas, direitos e deveres dos feirantes.	Em 2009 para o Programa Nacional de Alimentação Escolar.	O Fundo Rotativo Municipal tem conta específica e todo valor ressarcido é automaticamente injetado no programa.	-Empreendimentos que são regulados por regras claras e presentes em estatutos.
No ano de 1991, começou a construção do espaço do Hortomercado de Santiago, acompanhada pelos agricultores. A inauguração aconteceu em 1992, com a presença de diversas autoridades da região.	Em 2012, 19 unidades constituídas, 95 beneficiários diretos, 4 agroindústrias coletivas e alimentação escolar (3.840 alunos).	Ao longo dos 19 anos de existência do Fundo Rotativo no município, mais de 300 projetos de desenvolvimento foram financiados.	-Participação dos agricultores na construção do hortomercado. - Financiamento de projetos ligados a investimentos na agropecuária. -Alimentação escolar
Os recursos foram destinados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pela Prefeitura Municipal de Santiago, pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e angariados pelos próprios agricultores. A Emater/RS-Ascar foi à mediadora na elaboração de projetos e na estimulação dos agricultores, desde o início das atividades.	Criação da lei Conhecendo sua Municipalidade e criação da marca Jeito Caseiro.	Os interessados devem estar em dia com as obrigações junto à Associação e instituições financeiras.	-Existência de colaboração entre as diversas esferas de governo quanto à liberação de recursos, demandados pela EMATER. -Obrigatoriedade de quitação dos débitos com as instituições financeiras.
Foram feitos investimentos em divulgação nas rádios locais, sorteios de brindes, propagandas, trocas de local da feira, bem como mudanças nos dias e horários de realização da atividade.		Na gestão 2009-2012, anualmente foram disponibilizados em torno de 50.000 reais para empreendedores individuais ligados ao agronegócio e ao comércio local.	-Divulgação. -Existência de recursos municipais para o fundo municipal oriundos da quitação de empréstimos anteriores e dotação orçamentária para este fim.
Em junho de 2008, foi realizado um curso de Alimentos Seguros e Boas Práticas de Fabricação, que se tornou um diferencial na relação com os		O custo para o usuário do recurso é de 2% de juros ao ano, sendo que o prazo para pagamento é de 3 anos, com carência	- Realização de cursos de capacitação. -Existência de carência de um ano e prazo para pagamentos, no caso do fundo rotativo.

consumidores.		de um ano.	
União de características das Políticas Públicas estudadas.			

Retomam-se aqui as contribuições dos autores com relação aos vários fatores que influenciam no resultado das políticas públicas que promovam o desenvolvimento rural, como por exemplo, os movimentos sociais que mobilizam o interesse da administração (SCHNEIDER, 2006), o próprio interesse da administração em criar programas de fomento a agricultura Maluf (2009), o Capital Social destacado por Passador et al (2005) relendo as contribuições de Putnam (2000), Fialho e Waquil (2008), as novas legislações que geraram disponibilização de orçamento para programas destacadas por Schneider (2006) e Maluf (2009).

Nesse sentido é que se apresenta na sequência um quadro que identificará esses fatores e contribuirá na construção do modelo de desenvolvimento que Mata, poderá utilizar para o fomento das atividades dos cidadãos deste município uma vez que este possui a exemplo dos municípios da região, características econômicas quase que essencialmente ligadas à produção rural.

Ações de desenvolvimento (União de Características)	Principais Fatores	Ações de desenvolvimento (União de Características)	Principais Fatores
-Organização da Sociedade através da aliança entre diferentes atores e o poder público municipal na busca de melhorias no meio rural.	-Interesse social. - Interesse da administração.	-Empreendimentos que são regulados por regras claras e presentes em estatutos.	- Estatutos (regras legais internas das associações)
-Prefeitura colaborou com a infraestrutura. -Criação de associações rurais e participação nas decisões do poder público.	-Interesse social (capital social) - Interesse da administração	-Participação dos agricultores na construção do hortomercado. - Financiamento de projetos ligados a investimentos na agropecuária. -Alimentação escolar	-Interesse social. -Mudanças na legislação (Alimentação escolar).
-Disponibilização de servidor municipal para atuar junto ao empreendimento. -Feira municipal. -Conselhos de desenvolvimento.	-Interesse Social. -Interesse da administração	-Existência de colaboração entre as diversas esferas de governo quanto à liberação de recursos, demandados pela EMATER. -Obrigatoriedade de quitação dos débitos com as instituições financeiras.	-Mudanças na legislação. -Interesse da administração (articulação política)
-Criação de associação.	-Interesse social. - Mudanças na	-Divulgação dos empreendimentos para os	-Promoção dos projetos (capital

-Novidades nas legislações referentes à alimentação escolar. -Criação e melhorias da legislação municipal.	legislação.	consumidores. -Existência de recursos municipais para o fundo municipal oriundos da quitação de empréstimos anteriores e dotação orçamentária para este fim.	social) -Recursos orçamentários.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------

Principais fatores ligados às ações de desenvolvimento.

A análise das políticas públicas dos municípios da região comprova a existência de fatores-chaves para as existências dessas políticas que também foram demonstrados pelos autores, esses fatores devem ser trabalhados para que Mata consiga se desenvolver, desenvolvimento este que não pode estar desvinculado das atividades rurais, por razões econômicas.

O desenvolvimento rural deve existir no sentido de não ocorrer de modo isolado, pois existem vários determinantes que se completam, por exemplo, o interesse da administração não deve estar afastado da vontade dos agricultores em evoluírem e se desenvolverem, posteriormente deve-se analisar se as leis municipais estão adequadas às mudanças pretendidas e se elas se refletem em ações, também somam-se a estes fatores a disponibilidade orçamentária que também é regulada por lei. Posteriormente, devem-se capacitar servidores e agricultores para entenderem a importância do desenvolvimento rural.

6.3 ANÁLISE DE S.W.O.T PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Para um melhor entendimento da situação existente em Mata laçaremos mão da utilização de uma forma de estudo que utiliza da verificação de vários aspectos inerentes a secretaria de agricultura, por intermédio da ferramenta denominada FOFA que segundo Neto (2011):

A Análise S.W.O.T. também denominada análise F.O.F.A. em português, é uma ferramenta estrutural da administração, utilizada na análise do ambiente interno e externo, com a finalidade de formulação de estratégias da empresa. Nesta análise identificamos as Forças e Fraquezas da empresa, extrapolando então Oportunidades e Ameaças internas para a mesma. É uma sigla do idioma inglês, na qual representa: Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*), sendo fundamentada por Kenneth Andrews e Roland Christensen.

Este tipo de análise aplicada a Secretaria de Agricultura possibilita uma visão geral do modo que esta secretaria esta atuando baseado nas suas potencialidades e deficiências,

onde se cruzam os dados da seguinte forma: Forças/Oportunidades, Forças/Ameaças, Fraquezas/Oportunidades e Fraquezas/Ameaças. Esse cruzamento de dados torna-se útil para a criação de um cenário onde poderão ser realizadas melhorias e corrigidos erros desta secretaria:

<p>Matriz FOFA, Secretaria de Agricultura de Mata, RS:</p>	<p>Oportunidades: -Qualidade de solos aliada à tradição agrícola no município; -Existência de núcleos de produtores rurais nas localidades -Existência de instituições de ensino próximas ao município (IFFarroupilha, URI, UFSM). -Demanda em grandes centros por produtos agro industrializados e hortifrutigranjeiros;</p>	<p>Ameaças: -Pouco diálogo entre a secretaria e as outras entidades de fomento a atividade rural (EMATER, Sindicato, etc.). -Baixo interesse e motivação dos agricultores para a busca por conhecimento. -A não utilização dos conhecimentos adquiridos em cursos antes oferecidos, na propriedade rural. -Falta de interesse político. -Falta de conhecimento da sociedade. -Dependência do plantio de tabaco que gera maior renda na visão dos produtores.</p>
<p>Forças: -Compra de novos equipamentos da Patrulha agrícola; -Convênio do programa troca-troca de sementes de forma abrangente.</p>	<p>-Utilizar os novos equipamentos com foco na produção de hortifrutigranjeiros e apoio a agroindústrias com a gerencia dos núcleos e apoio científico das instituições de ensino.</p>	<p>- Os agricultores deverão utilizar de maneira correta os equipamentos e se interessar plenamente pela mudança de cultura visto que não possuem conhecimentos específicos, onde devem se qualificar e aceitar novos conhecimentos.</p>
<p>Pontos a Melhorar: -Falta de capacitação de funcionários; -Poucos recursos financeiros; -Baixa comunicação entre setores; -Falta de elaboração de projetos da secretaria; -A secretaria possui apenas um técnico; -Não possui veículo da secretaria.</p>	<p>-Os funcionários necessitam de motivação e capacitação para compreenderem a importância do desenvolvimento rural; -Utilização do apoio das instituições de ensino para a elaboração de projetos específicos para esta secretaria.</p>	<p>-Tanto os agricultores quanto os servidores da secretaria não agirão em favor do desenvolvimento; -Politicamente não é interessante promover melhorias, pois não existem recursos para financiamento destas; -As entidades e a secretaria não possui pessoal qualificado em maior quantidade para desenvolver os trabalhos; -A secretaria não possui recursos para financiar valores em agroindústrias que concorram em lucratividade com o plantio de fumo.</p>

Análise de SWOT para a secretaria de agricultura de Mata.

Tal análise servirá de guia para a elaboração de um plano de trabalho, pois estão pontuados itens que devem ser levados em consideração, como por exemplo, a necessidade de capacitação, a existência de instituições de ensino quase que próximas ao

município. Outro fator que se destaca como um limitador do processo de desenvolvimento é a limitação dos recursos financeiros para o investimento no setor rural.

Embora existam esses pontos a serem considerados acredita-se que baseado nas potencialidades e nas forças da secretaria de agricultura, aliados as ações do município e a análise das políticas públicas dos municípios vizinhos, pode-se realizar um plano de trabalho que colabore com o desenvolvimento rural do município de Mata, em auxílio à Secretaria de Agricultura no sentido de melhor satisfazer as necessidades dos munícipes desta cidade.

6.4 A AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MUNICÍPIO DE MATA: PLANO DE TRABALHO

A avaliação dessas políticas públicas para a construção de um modelo de desenvolvimento demonstra que além do interesse político deve haver uma avaliação da situação legal do Município para que seja identificada a existência de amparo legal para os projetos que poderão ser executados. Por exemplo, se as melhorias propostas envolverem o incentivo a agroindústrias surge então à necessidade da verificação da legislação específica desta área, pois não se pode implementar mudanças sem o amparo legal.

Outro fator importante é a verificação de situação orçamentária visto que após a existência de amparo legal, deve-se ter atenção para a situação dos recursos disponíveis para a realização desses planos, pois para que o plano seja efetivo deve ter como se sustentar, uma ação que pode contribuir para a melhoria de recursos é o investimento na captação de recursos.

Essas ações deverão ser reguladas por lei (criação de Plano Diretor de desenvolvimento Rural) e geridas por equipe técnica com conhecimentos específicos nessas áreas, conforme este plano de trabalho:

Meta 01	Sensibilizar o Interesse político.
Ações 01	Promover reuniões, palestras e seminários com os secretários municipais e com as lideranças da Emater e Sindicato dos trabalhadores Rurais e demais entidades a fim de consentirem na necessidade de desenvolvimento rural, visto ser a base econômica deste município.
Meta 02	Sensibilizar os servidores e líderes da comunidade.
Ações 02	Capacitação dos servidores a fim de compreender os processos de desenvolvimento, motivar e instruir para promoção de melhorias com o fortalecimento do capital social.
Meta 03	Legislação atualizada com ações efetivas baseadas nessas legislações.

Ações 03	<p>Criação de lei que fomente o desenvolvimento da economia rural (agroindústrias, hortas comunitárias, correção de solo, etc), uma vez que a agricultura sustenta a economia municipal;</p> <p>Criação de lei que disponibilize recursos para o financiamento de ações no meio rural, como por exemplo, a criação de um fundo municipal atuante, com a gerência de um conselho municipal criado para este fim, ou fomentar um envolvimento maior do conselho existente;</p> <p>Regularização do Sistema de Inspeção Municipal para licenciar agroindústrias para se adequarem a Lei estadual 66/2011 que possibilita comércio intermunicipal de produtos da Agricultura familiar.</p>
Meta 04	Instruir a comunidade e produtores rurais.
Ações 04	<p>Oferecer cursos de finanças pessoais, empreendedorismo, economia, e cursos específicos para cada empreendimento.</p> <p>Celebrar parcerias e convênios com SEBRAE e instituições (IFFarroupilha, UFSM, URI, etc.) que possam contribuir com conhecimento para os produtores rurais.</p>
Meta 05	Agir com foco no setor rural.
Ações 05	<p>Disponibilizar financiamentos (criação ou reativação de fundo municipal) para produtores pré-cadastrados que tenham potenciais e interesse no desenvolvimento de suas atividades, para aquisição de máquinas, equipamentos e construções de acordo com exigências sanitárias.</p> <p>Assessorar os agricultores na compra de matérias primas necessárias ao sucesso de seus empreendimentos.</p> <p>Acompanhamento de técnicos da Secretaria de Agricultura ou EMATER, para monitorar e avaliar os empreendimentos e se necessário orientar os agricultores (os agricultores deverão assinar termo de compromisso onde fica claro que a intervenção no empreendimento por parte dos técnicos poderá ocorrer de modo compulsório, ficando o agricultor responsável por mudanças de acordo com as determinações, sob pena de não receber auxílios e devolver os já recebidos, na forma da lei).</p>
Meta 06	Avaliação e monitoramento.
Ações 06	<p>Elaborar relatórios técnicos com olhar crítico a fim de monitorar se o plano esta sendo executado da melhor maneira possível, com foco no desenvolvimento do cidadão e elaborar relatórios financeiros para apuração de mudanças econômicas e de lucratividade, além de apurar o custo/benefício para a administração e mensurar as mudanças na arrecadação.</p>

Quadro de Ações e Metas para Desenvolvimento da Agricultura.

Nesse sentido de busca pelo desenvolvimento de Mata, que parte em um primeiro momento do meio rural em virtude de esse município ser essencialmente agrícola, orienta-se que as instituições se comuniquem em defesa do desenvolvimento rural, pois que muitas ações poderiam ser potencializadas pelo diálogo maior entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por intermédio de seus núcleos, da EMATER, da Prefeitura por intermédio da Secretaria da agricultura e também tantos outros atores que poderiam ser determinantes para a construção de melhorias no município de Mata.

7. CONCLUSÕES

Verifica-se que o desenvolvimento rural pode existir se promovido com a consideração de algumas variáveis que na visão dos autores estudados no trabalho, pode ter um viés do capital social que mobiliza (ou não) o interesse da administração, melhorias na legislação e no orçamento. Isto se dará com a capacitação dos servidores envolvidos nesse processo e com a adoção de um conjunto de ações na forma de um plano de trabalho para que a secretaria de agricultura e a administração pública do município de Mata consigam desenvolver as atividades rurais do município de Mata, para que se cumpram os objetivos da Constituição Federal de 1988 e a Reforma do Aparelho do Estado de 1995.

Uma das principais sugestões está no fato da necessidade de que o capital social seja mais atuante para que a sociedade e a administração se comuniquem de forma mais concreta. Há também que investir em conhecimento, onde se sugeriu a busca por maiores convênios com instituições de ensino, estas importantíssimas nos processos de desenvolvimento.

Outro ponto relevante é a necessidade de busca do conhecimento fora do município, citamos anteriormente as instituições de ensino, mas também as outras prefeituras podem servir de exemplo para a realização de políticas que venham a atender nas necessidades deste município que possui uma realidade econômica quase que similar, alicerçada na agricultura. Também para que isto seja conquistado, há que se minimizarem os conflitos político-partidários e pensar o desenvolvimento rural de modo mais abrangente, respeitando fatores que contribuem com o seu sucesso.

Neste sentido acredita-se que promover a capacitação dos agentes públicos seja a melhor forma de promover o desenvolvimento rural no município de Mata, para que estes agentes sejam sensíveis às mudanças que o Brasil vive do ponto de vista tecnológico, político, social, enfim, para que este município não fique como uma “ilha” que isolado de

suas “esferas pares” e esferas superiores, deixe de ser o agente que deve satisfazer necessidades dos cidadãos e promover o desenvolvimento municipal.

Conclui-se que diversas mudanças devem ser realizadas para que o município consiga desenvolver o segmento rural, as mudanças são viáveis, pois, há potencial e recursos humanos a serem capacitados. Existe um Sindicato dos Trabalhadores Rurais que é atuante, além da Emater que também pode auxiliar nesse processo, embora haja um partidarismo político divergente, poucos recursos financeiros e a falta de sensibilidade a novos conhecimentos há esperança em um futuro em que o desenvolvimento rural possa alavancar e promover o desenvolvimento de forma abrangente no município de Mata uma vez que procure minimizar conflitos e promover o desenvolvimento rural levando em consideração as variáveis abordadas.

REFERÊNCIAS

CAZELLA, Ademir Antonio. **As Bases Sociopolíticas do Desenvolvimento Territorial: Uma Análise A Partir Da Experiência Francesa**. UFSC Florianópolis - SC- Brasil. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

FIALHO, Marco Antônio Verardi e WAQUIL, Paulo Dabdab. **Desenvolvimento Rural: Concepções E Referências Para A Proposição De Políticas Públicas De Desenvolvimento Nos Territórios Rurais**. Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social** / Antonio Carlos Gil. – 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

JACQUES, Julio Cesar Bueno . **Hortomercado de Santiago**. Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul / Gustavo Pinto da Silva, Rafaela Vendruscolo (organizadores). – São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

MALUF, Renato S. **Alimentação, Escola e Agricultura Familiar**. OPPA - Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura. Artigos Mensais OPPA - n°26 - maio 2009

_____ **Compras para a Alimentação Escolar e a Promoção da Agricultura Familiar**. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4436

MATA-RS. **Lei nº 1.510, de 07 de junho de 2011.** Dispõe sobre a inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal no município, cria o serviço de inspeção municipal – S.I.M. - e dá outras providências.

MELO, Marcus André. **As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira.** Avaliação de Políticas Públicas Sociais: uma questão em debate/ Elizabeth Melo Rico (Org.) – 5. ed. – São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2007.

MORAES, Fernanda Dalosto. **A Organização Espacial de Mata/Rs: Reestruturação Produtiva no seu Espaço Rural.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, Área de Concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial, da Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

NETO, Eduardo Ribeiro. **ANÁLISE SWOT – Planejamento Estratégico para Análise de Implantação e Formação de Equipe de Manutenção em uma Empresa de Segmento Industrial.** São João Del Rei. Faculdade Pitágoras - Núcleo de Pós-graduação, 2011.

PASSADOR, João Luiz. **Capital Social e Desenvolvimento Rural Sustentável: Uma Abordagem Sistêmica da Verticalização da Agricultura Familiar.** XII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 7 a 9 de Novembro de 2005.

PROJETO ALTERNATIVO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – PADRS, CONTAG – FETAG/RS – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata, 2000.

RIGHES, Antônio Carlos Minussi et al. **Programa de desenvolvimento agroindustrial de São Francisco de Assis – Pacto São Chico – Produtos Jeito Caseiro.** Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul /Gustavo Pinto da Silva, Rafaela Vendruscolo (organizadores). – São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas** / Maria das Graças Rua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SACHS, Ignacy e LAGES, Vinicius Nobre. **Capital social e desenvolvimento: novidade para quem?** Conferencia Regional Sobre Capital Social y Pobreza. Organizadores: CEPAL y Universidad del Estado de Michigan. Santiago, Chile 24 a 26 de septiembre de 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso.** In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006



SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas** / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

SILVA, Maysa Eichner da. et al. **Fundo Rotativo Municipal de São Pedro do Sul**. Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul / Gustavo Pinto da Silva, Rafaela Vendruscolo (organizadores). – São Vicente do Sul, RS: IFFarroupilha – Campus São Vicente do Sul, 2012.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico** / Nali de Jesus de Souza. -6. ed. – São Paulo : Atlas, 2012.

UBERTI, Hermes Gilber. **O Vale do Jaguari no Processo de Construção da Fronteira Oeste do Rio Grande Do Sul**. Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012.

_____. **“Ao meo compadre e verdadeiro amigo Randolpho”:** tecendo redes, discutindo hierarquias sociais no Vale do Jaguari. Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (10.: 2012 : Porto Alegre, RS). Anais: produzindo história a partir de fontes primárias / 10. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 11, 18, 25 de agosto e 01 de setembro de 2012. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG, 2013.